



ACÓRDÃO Nº 350/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11456/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Maternidade Azilda da Silva Marreiro.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sr. Braz Rodrigues dos Santos, ex-Diretor Geral.
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1641 /2018-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 542/543).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Maternidade Azilda da Silva Marreiro. Exercício de 2016.

*Regularidade com Ressalvas. Recomendações.
Determinação. Notificação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Maternidade Azilda da Silva Marreiro, de responsabilidade do **Sr. Braz Rodrigues dos Santos**, exercício 2016, nos termos dos arts. 1º, II; 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 c/c arts. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, pelos motivos expostos no Relatório/Voto;
- 10.2- **Recomendar** a Maternidade Azilda da Silva Marreiro que, ao celebrar contratos e seus aditivos, observe os dispositivos constantes na Lei nº 8.666/93, notadamente quanto às justificativas adequadas para a celebração dos aditamentos, bem como faça constar nos respectivos processos administrativos os pareceres jurídicos da assessoria jurídica da SUSAM, e quando solicitado por esta Corte, encaminhe os documentos comprobatórios de regularidade fiscal;
- 10.3- **Determinar** à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo que oriente as comissões vindouras deste Tribunal para que verifiquem se está havendo a devida observância da recomendação contida no item 02 do voto;
- 10.4- **Determinar** à SEPLENO - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO que cientifique o interessado sobre o teor do Acórdão, nos termos do art. 162, §1º, do Regimento Interno do TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 350/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5- Arquivar o presente processo nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima, e da ocorrência da coisa julgada administrativa.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral